

COM BASE NO EDITAL Nº 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025



ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ASSISTENTE LEGISLATIVO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

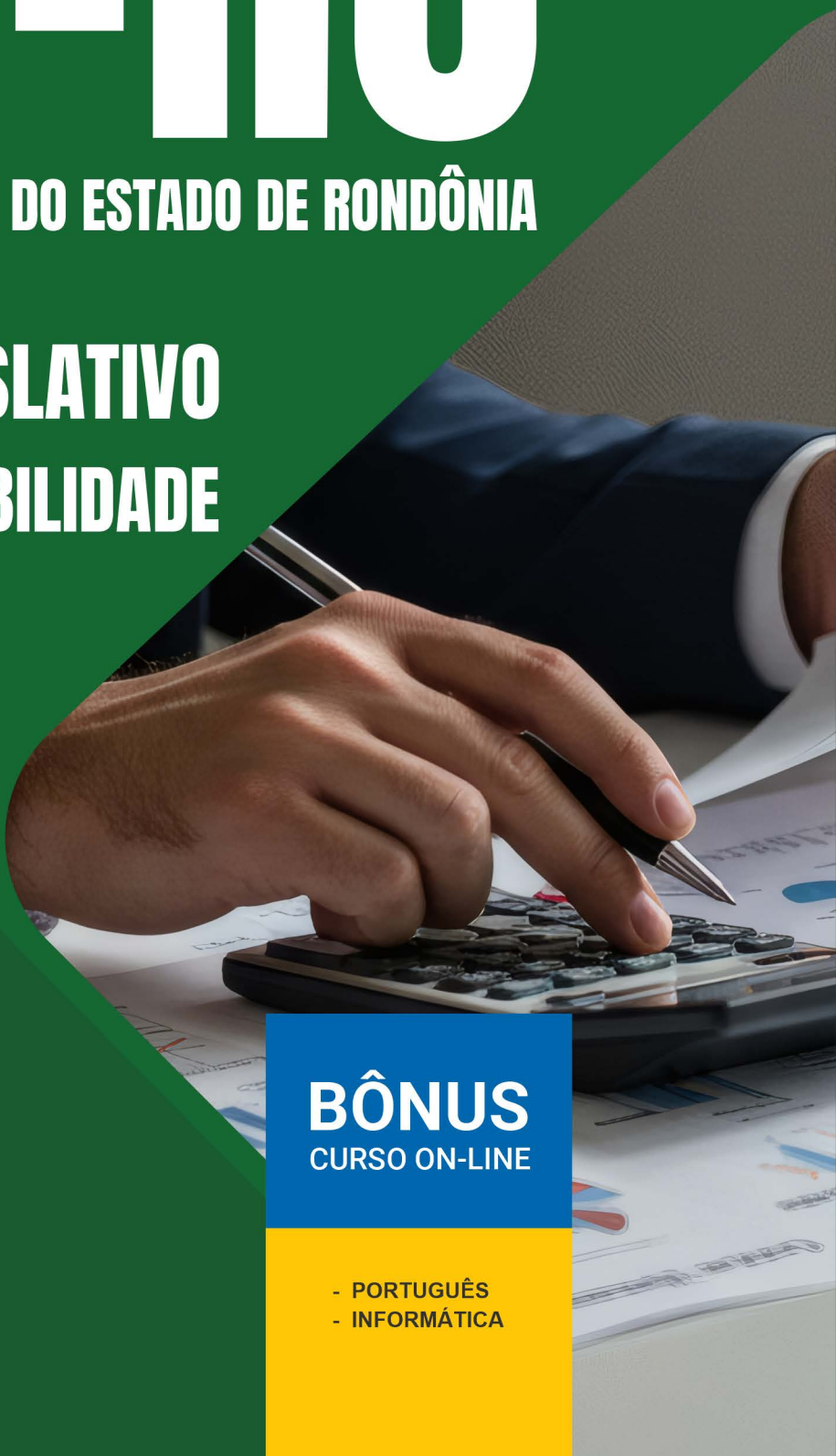
- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico Matemático
- ▶ História de Rondônia
- ▶ Geografia de Rondônia
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Noções de Informática

CONTEÚDO DIGITAL

- ▶ Legislação Específica

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**ASSISTENTE LEGISLATIVO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

EDITAL N° 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: OP-011NV-25
7908403583898

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto; Organização estrutural dos textos; Textos literários e não literários; Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	9
2. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo; Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo	17
3. Tipologia da frase portuguesa	21
4. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	23
5. Problemas estruturais das frases	25
6. Norma culta	27
7. Pontuação e sinais gráficos	28
8. Organização sintática das frases: termos e orações; Ordem direta e inversa	29
9. Tipos de discurso	33
10. Registros de linguagem	34
11. Funções da linguagem	36
12. Elementos dos atos de comunicação	37
13. Estrutura e formação de palavras	38
14. Formas de abreviação	39
15. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores	40
16. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; Polissemia e ambiguidade	47
17. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes	50
18. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos	52
19. Ortografia e acentuação gráfica	53
20. A crase	57

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, valor-verdade , negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas.....	61
2. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	65
3. Diagramas lógicos	67
4. Tabelas e gráficos	68
5. Conjuntos e suas operações	71
6. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	74
7. Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume	84
8. Representação de pontos no plano cartesiano.....	87
9. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	88
10. Proporcionalidade direta e inversa	90
11. Porcentagem.....	91
12. Juros.....	93
13. Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica.....	95

ÍNDICE

14. Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área	100
15. Princípios de contagem.....	105
16. Noções de probabilidade	108

História de Rondônia

1. As bases da ocupação colonial da Amazônia	115
2. As políticas do Estado português para as regiões dos vales do Guaporé e Madeira	120
3. A questão das fronteiras entre América Portuguesa e o império hispânico e a criação da Capitania de Mato Grosso.....	125
4. A economia colonial nos vales do Guaporé e Madeira: mineração, drogas do sertão, o escravismo, o contrabando e as rotas fluviais.....	130
5. Colonização e povoamento no vale do Madeira e do Guaporé nos séculos XIX e XX.....	135
6. O advento da exploração seringueira e a questão das fronteiras	139
7. As diversas etapas da construção da Ferrovia Madeira Mamoré	144
8. A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas	148
9. A criação dos Territórios Federais do Guaporé e de Rondônia	152
10. Os novos surtos de povoamento e a ampliação do extrativismo mineral	158
11. A implantação do Estado de Rondônia. Os projetos de colonização estatais e privados.....	162
12. A instalação da rodovia federal BR-364	166

Geografia de Rondônia

1. Povoamento e ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé.....	173
2. Colonização ibérica na região	174
3. A colonização portuguesa no Vale do Guaporé	175
4. Os séculos XIX e XX e a exploração da borracha, poia e castanha	176
5. A construção da EFMM e da Linha Telegráfica.....	177
6. Território Federal do Guaporé/Rondônia.....	178
7. A Rodovia BR-364 e os garimpos	179
8. A ocupação recente da Amazônia e Rondônia: a colonização agropastoril	180
9. O Estado de Rondônia, da criação às questões atuais	181
10. O ambiente amazônico, as estruturas físicas e ambientais da região.....	182
11. O Estado de Rondônia: componentes do meio físico e ambiental	183
12. Populações e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; populações tradicionais	184
13. As divisões regionais	185
14. Produção econômica regional	187
15. As questões socioambientais.....	188
16. História do Poder Legislativo de Rondônia	189

Conhecimentos Específicos

Assistente Legislativo - Técnico em Contabilidade

1. Contabilidade Geral: Conceito, princípios contábeis, campo de aplicação, objetivos, finalidades, usuários	193
2. Componentes patrimoniais: ativo; passivo e patrimônio líquido; equação fundamental do patrimônio e suas variações; situação líquida, representação gráfica	194
3. Plano de contas e classificação das contas	199
4. Escrituração contábil: objetivo, método das partidas dobradas, regimes contábeis, fórmulas de lançamentos e livros de escrituração	203
5. Operações com mercadorias; Tributos incidentes sobre compras e vendas, recuperação de tributos; Inventários permanentes.....	209
6. Registros de operações financeiras: receitas e despesas antecipadas; disponibilidades; contas a receber; imobilizações; contas a pagar; reservas, provisões; amortizações; depreciações; investimentos; patrimônio líquido.....	219
7. Demonstrações contábeis: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício	223
8. Demonstração do resultado do exercício	227
9. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações	228
10. Código de Ética Profissional do contabilista.....	272
11. Normas brasileiras de contabilidade.....	275
12. Questões.....	277
13. Gabarito.....	280

Noções de Informática

1. Arquitetura básica de computadores: hardware, componentes e funções; unidade central de processamento; memória RAM, cache e tipos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: teclado, mouse, monitor, impressorasscanner, discos rígidos, SSDs, pendrives, discos ópticos, conectores e portas de comunicação	281
2. Armazenamento em nuvem	284
3. Windows 10/11: conceitos básicos de software e sistema operacional; programas e utilitários, ambiente gráfico, área de trabalho, janelas, ícones, atalhos de teclado, pastastipos de arquivos, criação, cópia, exclusão e restauração de arquivos. figuras e imagens (formatos e uso).....	284
4. MS Office 2021 e Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Teams): conceitos, características, principais funcionalidades, ícones, atalhos de teclado, criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, inserção de gráficos e tabelas, compartilhamento e uso de recursos na nuvem.....	292
5. Google Workspace (Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive, Meet e Agenda): conceitos, características, funcionalidades, colaboração em tempo real e armazenamento online.....	316
6. Internet: conceitos e características; navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox); mecanismos de busca; downloads e uploads.....	321
7. Correio eletrônico (e-mail): conceitos, características, funcionalidades e boas práticas de uso seguro	329
8. Segurança digital: noções de antivírus, autenticação, senhas seguras, golpes virtuais (phishing)	330

ÍNDICE

Conteúdo Digital Legislação Específica

1. Constituição Estadual: Título I – Da Organização do Estado: Disposições Preliminares, Da Competência do Estado e da Administração Pública; Título II – Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo.....	3
2. Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 e suas alterações.....	16
3. Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	56
4. Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais: Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992 e suas alterações	57
5. Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 e suas alterações	79
6. Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei do Processo Administrativo Estadual: Lei Ordinária nº 3.830, de 27 de junho de 2016, e suas alterações.....	80
7. Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações: âmbito de aplicação da lei, princípios, definições e agentes públicos	81
8. Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e suas alterações.....	155
9. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações	157
10. Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações	174

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO; ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS; TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS; MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha

uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.
- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.



AMOSTRA

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

► **Exemplos Práticos**

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► **Importância da Compreensão Geral**

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► **Textos Literários**

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► **Textos Não Literários**

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.



RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES, VALOR-VERDADE, NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \wedge, \vee, \rightarrow, \leftrightarrow$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de **argumento**, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com

sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

I – De duas premissas negativas, nada se conclui;

II – De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;

III – A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;

IV – De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição:

I – Tem sujeito e predicado;

II – É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);

III – Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

I – **Princípio da não contradição**: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.



AMOSTRA

II – Princípio do terceiro excluído: toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

III – Princípio da Identidade: uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- **As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima. São eles:**

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

1. Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

A água é uma substância não polar.

A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

2. Conectivo $\wedge$:

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : o aminoácido fenilalanina é apolar.

$p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Conectivo $\vee$:

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

$p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo $\rightarrow$); ...se, e somente se, ... (símbolo $\leftrightarrow$).

4. Condicional $\rightarrow$

O condicional $\rightarrow$ colocado entre p e q , obtém-se uma nova proposição $p \rightarrow q$, que se lê: se p então q , ' p é condição necessária para q ' e ' q é condição suficiente para p '

p é chamada antecedente e q é chamada de consequente.

Exemplos:

p : o colesterol é apolar.

q : o colesterol penetra a bicamada lipídica.

$p \rightarrow q$: se o colesterol é apolar, então o colesterol penetra a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a condicional $\rightarrow$

Axioma: o condicional $p \rightarrow q$ é falsa somente quando p é verdadeira e q é falsa, caso contrário, $p \rightarrow q$ é verdadeira.



HISTÓRIA DE RONDÔNIA

AS BASES DA OCUPAÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA

AS MOTIVAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A colonização da Amazônia pelos portugueses no período colonial não ocorreu por acaso ou de maneira espontânea. Ao contrário, foi resultado de uma série de fatores estratégicos, econômicos, políticos e religiosos que se intensificaram principalmente a partir do século XVII.

A ocupação dessa região foi marcada por interesses tanto do Estado português quanto da Coroa espanhola, além da ação de grupos religiosos, como os jesuítas, e de ameaças estrangeiras, principalmente de holandeses, ingleses e franceses.

► Defesa territorial e geopolítica

Um dos principais motivos da presença portuguesa na Amazônia foi a necessidade de defender e consolidar o território colonial frente às invasões estrangeiras. No século XVII, holandeses, franceses e ingleses estavam ativos na costa norte da América do Sul, buscando estabelecer feitorias, pontos de comércio e até mesmo colônias.

Apesar do Tratado de Tordesilhas (1494) ter estabelecido uma divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, a delimitação exata do território era incerta, e a região amazônica se encontrava em uma zona de disputa. Com o tempo, Portugal passou a considerar a ocupação da Amazônia como essencial para garantir a soberania sobre essa área, estendendo o domínio além da linha de Tordesilhas, o que mais tarde seria legitimado com o Tratado de Madri (1750).

Nesse contexto, a fundação de fortes, como o Forte do Presépio (atual Belém, fundado em 1616), foi uma medida estratégica para marcar presença portuguesa e repelir invasores estrangeiros.

► Interesse econômico e exploração de recursos naturais

Outro fator fundamental foi o interesse nos recursos naturais da Amazônia. A região era vista como uma fonte inesgotável de riquezas, especialmente pelas drogas do sertão – nome dado a produtos extraídos da floresta, como cacau, urucum, salsaparrilha, baunilha, cravo-do-maranhão, castanha, entre outros.

Esses produtos tinham alto valor no mercado europeu e passaram a integrar o sistema econômico colonial. A extração das drogas do sertão foi realizada, em grande parte, com mão de obra indígena, sob o controle dos religiosos ou das autoridades coloniais, sendo um dos primeiros grandes ciclos econômicos da Amazônia.

Além disso, havia interesse em metais preciosos, embora a mineração nunca tenha se desenvolvido de forma intensa na região amazônica como ocorreu em Minas Gerais.

► Expansão religiosa e catequese indígena

A missão evangelizadora da Igreja Católica também foi um componente essencial da colonização. A Companhia de Jesus, por meio dos missionários jesuítas, teve papel fundamental na ocupação da Amazônia. Eles fundaram aldeamentos (missões) ao longo dos rios, com o objetivo de catequizar os indígenas e incorporá-los à lógica da colonização europeia.

Essa ação era, ao mesmo tempo, religiosa e política. Os missionários garantiam a presença portuguesa no interior da floresta, fixavam populações indígenas e estabeleciam laços culturais e administrativos com o poder colonial. A Igreja tinha o apoio da Coroa portuguesa, que via na catequese uma forma de controlar os povos originários e expandir o domínio cristão sobre novas terras.

► Consolidação da política de ocupação do território interior

Durante os séculos XVII e XVIII, o Reino de Portugal adotou uma política de interiorização da ocupação do território brasileiro. A Amazônia, por suas dimensões e dificuldades naturais, estava até então afastada dos centros coloniais mais ativos, como o litoral nordestino e sudeste.

A presença portuguesa no interior da floresta era uma forma de consolidar o controle do império colonial. Para isso, além das missões, foram utilizados os rios como vias de penetração – o que explica a criação de povoados e fortes ao longo das principais bacias hidrográficas, como o rio Amazonas, o Madeira e o Tapajós.

A expansão territorial também era favorecida pela atuação dos bandeirantes, que, mesmo sendo mais ativos no centro-sul do Brasil, chegaram a atuar em áreas amazônicas em busca de riquezas e indígenas.

► Pressão demográfica e busca por novas oportunidades

Com o crescimento da população colonial em outras regiões, alguns grupos passaram a migrar para áreas ainda pouco exploradas, como a Amazônia, em busca de terras e novas oportunidades econômicas. Essa movimentação foi incentivada pela Coroa portuguesa, que desejava consolidar sua presença e explorar as potencialidades da região.

Essa pressão demográfica também se relaciona com a busca por terras para o cultivo agrícola e para a criação de gado, ainda que essas atividades fossem secundárias em relação à coleta de produtos florestais.

A ocupação da Amazônia, portanto, foi resultado de um conjunto de estratégias políticas, econômicas e religiosas que visavam garantir o domínio português sobre uma região de grande importância estratégica, apesar das dificuldades logísticas e naturais enfrentadas pelos colonizadores.



AMOSTRA

OS MECANISMOS DE OCUPAÇÃO E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A ocupação da Amazônia durante o período colonial português não se deu de maneira uniforme ou imediata. Foi um processo gradual, que combinou interesses econômicos, religiosos e políticos, e exigiu a criação de mecanismos próprios para garantir a posse e o controle da região, especialmente por causa das características geográficas desafiadoras e da resistência de grupos indígenas.

► **A fundação de fortes e povoações**

Um dos primeiros e mais importantes mecanismos de ocupação foi a construção de fortes militares em pontos estratégicos, geralmente próximos à foz de grandes rios. Esses fortes funcionavam como postos de vigilância, defesa e organização administrativa. Serviam também como base para a fundação de povoações permanentes.

O principal exemplo disso é o Forte do Presépio, fundado em 1616 na região onde hoje está Belém do Pará. A partir dele, os portugueses iniciaram uma ocupação mais efetiva da região amazônica, controlando a entrada do rio Amazonas e impedindo a ação de estrangeiros, especialmente os holandeses e franceses.

Outros fortes importantes foram criados ao longo dos rios Tocantins, Madeira e Solimões, contribuindo para a fixação da presença lusa no interior.

► **O papel dos rios como vias de penetração e ocupação**

Diferente de outras regiões do Brasil, onde a ocupação se deu a partir do litoral, a Amazônia exigiu uma lógica diferente: a ocupação se organizou a partir dos rios. Esses cursos d'água eram as principais "estradas" da época, permitindo o deslocamento de tropas, missionários, comerciantes e colonos.

As margens dos rios tornaram-se locais privilegiados para a fundação de aldeias, missões religiosas e pontos de extração de recursos. A própria cidade de Manaus nasceu dessa lógica fluvial, tendo origem em um forte construído na confluência de rios importantes.

O domínio dos rios era, portanto, essencial para o controle territorial. Quem dominava os rios, dominava o fluxo de pessoas, mercadorias e informações.

► **Missões religiosas e aldeamentos indígenas**

A atuação dos missionários, especialmente os jesuítas, foi um dos principais instrumentos de ocupação territorial. As missões tinham duplo papel: catequético e colonizador. Ao reunir os indígenas em aldeamentos (também chamados de "reduções"), os religiosos os submetiam a um novo modo de vida, baseado na agricultura, na religião católica e no trabalho comunitário.

Essas missões, embora apresentadas como espaços de proteção indígena, eram também formas de controle populacional. Os povos originários eram retirados de seus territórios tradicionais, reorganizados em novos padrões de moradia e inseridos na lógica da colonização.

Outras ordens religiosas também atuaram na região, como os franciscanos e mercedários, mas os jesuítas foram os mais influentes, com presença marcante nos séculos XVII e XVIII.

► **Expedições de exploração e reconhecimento territorial**

As chamadas "entradas" e "expedições" foram instrumentos utilizados para explorar, reconhecer e mapear a região. Essas viagens eram realizadas por militares, religiosos ou bandeirantes, com o objetivo de identificar riquezas naturais, estabelecer contato com tribos indígenas e verificar pontos estratégicos para a construção de novos fortes e missões.

Um exemplo importante foi a expedição de Pedro Teixeira, em 1637, que subiu o rio Amazonas até o atual território do Equador e depois retornou. Essa jornada foi importante para reforçar a ocupação portuguesa na bacia amazônica, demonstrando a viabilidade da navegação e a extensão da presença lusa.

Essas incursões também ajudaram a criar rotas comerciais e fortalecer o controle sobre a região.

► **Distribuição de sesmarias e organização administrativa**

Outro mecanismo utilizado pela Coroa portuguesa foi a concessão de sesmarias – grandes lotes de terra doados a colonos para promover a produção agrícola e o povoamento. Apesar das dificuldades do terreno amazônico para a agricultura de grande escala, essas concessões foram feitas com o objetivo de fixar a população e estimular a colonização.

Com o tempo, a região amazônica foi sendo incorporada a estruturas administrativas mais complexas. A criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, com sede em Belém, foi um marco na organização da Amazônia como parte integrante do império colonial português.

Esse Estado tinha certa autonomia administrativa em relação ao centro-sul do Brasil, sendo responsável por controlar uma vasta porção da Amazônia, com aparato militar, fiscal e jurídico próprio.

► **A atuação militar e o uso da força**

O uso da força foi uma constante no processo de ocupação. Em muitos casos, os portugueses enfrentaram forte resistência dos povos indígenas, que se opunham à perda de suas terras e à imposição da cultura europeia.

Para garantir o domínio, o poder colonial recorreu frequentemente à violência, com campanhas militares, destruição de aldeias e aprisionamento de indígenas. As tropas coloniais atuavam tanto na repressão quanto na proteção dos interesses lusitanos.

Além disso, o recrutamento de indígenas aliados (conhecidos como "índios amigos") era uma prática comum. Esses grupos eram utilizados para combater outras tribos, atuar como guias ou ajudar na construção de fortes e povoações.

A combinação desses mecanismos permitiu aos portugueses estabelecer e manter sua presença na Amazônia, mesmo diante das dificuldades naturais e da complexidade cultural da região. A ocupação se deu de forma lenta, porém persistente, moldando as bases do que viria a se tornar o território amazônico brasileiro.

A ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS E A QUESTÃO INDÍGENA

A presença dos jesuítas na Amazônia foi uma das marcas mais profundas da colonização portuguesa na região. Desde o século XVII, a Companhia de Jesus desenvolveu uma ampla rede



GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DOS VALES DO MADEIRA, MAMORÉ E GUAPORÉ

A IMPORTÂNCIA DOS VALES FLUVIAIS PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, teve sua conformação territorial marcada por ciclos econômicos, pela geopolítica da fronteira e por fluxos migratórios que se adensaram a partir do século XIX. Os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenharam papel essencial nesse processo, não apenas por sua importância geográfica como eixos naturais de circulação, mas também por influenciarem diretamente nas formas de povoamento e ocupação humana. Esta análise pretende discutir como esses rios estruturaram o território rondoniense, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Esses vales foram palco de transformações profundas, desde os tempos das missões religiosas e explorações portuguesas e espanholas até os ciclos econômicos da borracha e os projetos de integração nacional, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e os programas de colonização federal nas décadas de 1970 e 1980. Para compreender a dinâmica atual de Rondônia, é imprescindível estudar como esses rios moldaram os assentamentos humanos e definiram estratégias de ocupação territorial.

PRIMEIROS CONTATOS E MISSÕES RELIGIOSAS: A PRESENÇA LUSO-ESPAÑHOLA NO SÉCULO XVIII

O início do povoamento dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé está diretamente ligado à presença das Coroas ibéricas na região amazônica. A partir do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), intensificaram-se as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A linha do rio Guaporé passou a ser entendida como limite natural entre os domínios portugueses (ao norte e leste) e espanhóis (ao sul e oeste).

Nesse contexto, foram criadas missões jesuíticas e aldeamentos indígenas, com o intuito de consolidar a ocupação e catequese das populações locais. Um exemplo marcante é a Fundação de Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do Guaporé, como estratégia militar portuguesa para garantir a soberania do território.

Pontos-chave:

- A ocupação era esparsa e voltada à manutenção de uma presença simbólica e estratégica na região.
- Os rios eram os principais meios de transporte e comunicação, o que os tornava corredores logísticos e culturais.
- As populações indígenas resistiram a essas ocupações, mas também foram integradas de forma forçada em muitos contextos.

CICLO DA BORRACHA E A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX – INÍCIO DO SÉCULO XX)

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia, houve uma mudança significativa no perfil de ocupação dos vales fluviais. Os rios Madeira e Mamoré tornaram-se fundamentais para o escoamento da borracha extraída nas áreas interiores de Rondônia e da Bolívia. Nesse contexto, destaca-se a tentativa de superar os obstáculos naturais (como as corredeiras do Madeira) com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), iniciada em 1907 e concluída em 1912.

A EFMM ligava Porto Velho (às margens do Madeira) a Guajará-Mirim (no Mamoré), permitindo o transporte da produção gomífera até os portos brasileiros. A ferrovia foi um vetor fundamental de ocupação e urbanização da região:

- Estimulou a formação de vilas e núcleos urbanos ao longo do traçado.
- Atração de migrantes nordestinos, caribenhos e europeus para trabalhar na construção da estrada.
- Aumentou a presença institucional do Estado brasileiro na região.

No entanto, a decadência da borracha após a Primeira Guerra Mundial levou ao abandono de muitas dessas áreas, consolidando um ciclo de crescimento e retração marcado pela dependência de produtos de exportação.

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA (DÉCADAS DE 1960 A 1980)

Nas décadas de 1960 a 1980, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé passaram por uma nova fase de ocupação, desta vez impulsionada por políticas do governo militar que visavam integrar a Amazônia ao restante do território nacional. Programas como o Projeto POLONOROESTE (Política de Desenvolvimento da Região Norte-Oeste), financiado pelo Banco Mundial, promoveram a abertura de estradas (notadamente a BR-364) e a implantação de projetos de colonização agrícola.

Essa nova onda migratória transformou profundamente a paisagem regional:

- Colonos vindos principalmente do Sul e Sudeste do país passaram a ocupar áreas próximas aos rios.
- A terra foi distribuída por meio de projetos do INCRA, provocando conflitos fundiários com populações tradicionais e indígenas.
- A expansão da fronteira agrícola causou desmatamento e degradação ambiental nas áreas de planície dos vales.

Apesar das promessas de progresso, muitos desses projetos foram mal planejados, levando a problemas sociais e ambientais graves que ainda perduram na região.



AMOSTRA

Configuração Atual: Urbanização, Produção e Conflitos

Hoje, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé concentram algumas das cidades mais importantes de Rondônia, como Porto Velho, Guajará-Mirim e Costa Marques, e continuam desempenhando papel estratégico no estado. O rio Madeira, em especial, é uma via essencial para o transporte de cargas e para a produção de energia, com destaque para a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Entretanto, a ocupação desses vales continua gerando desafios significativos:

- Conflitos agrários com posseiros, grileiros, indígenas e ribeirinhos.
- Pressões ambientais decorrentes do garimpo ilegal, extração de madeira e expansão da pecuária.
- Dificuldades de infraestrutura e acesso a serviços públicos em muitas áreas ribeirinhas.

O desafio atual é conciliar desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, respeitando os modos de vida tradicionais e os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais.

COLONIZAÇÃO IBÉRICA NA REGIÃO

A FRONTEIRA IBERO-AMERICANA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A região hoje correspondente ao estado de Rondônia foi palco de um dos mais complexos processos de colonização da Amazônia ocidental, marcado pela presença das duas grandes potências ibéricas do período colonial: Portugal e Espanha. A colonização ibérica na região dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, ocorrida principalmente nos séculos XVII e XVIII, esteve vinculada a disputas territoriais, às estratégias missionárias e militares, e ao interesse crescente sobre os recursos naturais e a geopolítica amazônica.

Ao contrário de outras regiões do Brasil, cuja colonização portuguesa seguiu o litoral em direção ao interior, Rondônia foi alcançada por caminhos fluviais que vinham tanto do Peru (via Alto Madeira) quanto do interior da Bolívia (via Guaporé e Mamoré). Esse fator fez com que a presença espanhola fosse mais intensa inicialmente, sendo depois gradualmente substituída pela ocupação portuguesa, especialmente após o Tratado de Madri, em 1750.

O CONTEXTO DAS DISPUTAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA PELA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Durante o período colonial, a delimitação das fronteiras entre os domínios português e espanhol na América do Sul foi constantemente motivo de disputas. A região de Rondônia, por estar no meio de rotas fluviais que conectavam o interior do continente ao Atlântico, tornou-se estratégica para ambas as potências.

Os principais marcos desse período são:

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabelecia um meridiano imaginário como limite entre as terras de Portugal e Espanha, mas era vago em relação ao interior do continente.
- **Tratado de Madri (1750):** substituiu Tordesilhas, com base no princípio do *uti possidetis*, que legitimava a posse efetiva

das terras. Isso favoreceu Portugal, que já tinha estabelecido diversos núcleos no interior amazônico.

- **Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Tratado de Badajós (1801):** reafirmaram e redefiniram parte das fronteiras coloniais, mantendo a área de Rondônia sob domínio português.

Durante esses períodos, a presença ibérica na região era sustentada principalmente por três frentes: a atuação de ordens religiosas (especialmente os jesuítas), as expedições militares e a fundação de fortes e vilas como forma de assegurar a soberania da Coroa.

A PRESENÇA ESPANHOLA: MISSÕES E EXPLORAÇÃO PELO OESTE AMAZÔNICO

A colonização espanhola na região dos vales do Mamoré e Guaporé esteve fortemente associada ao trabalho dos jesuítas espanhóis, que fundaram uma série de missões entre os séculos XVII e XVIII, especialmente com populações indígenas como os Chiquitanos e Mojos (ou Moxos), hoje presentes em território boliviano.

Essas missões tinham caráter duplo: religioso e colonizador. Buscavam:

- Catequizar os povos indígenas;
- Controlar o território frente ao avanço português;
- Estabelecer núcleos produtivos baseados na agricultura e no extrativismo.

As missões espanholas, muitas delas instaladas no Alto Guaporé, serviram também como antepostos comerciais e centros de disseminação da cultura europeia. A sua influência na região declinou com o avanço da presença portuguesa e o progressivo desmonte das missões pelos próprios colonizadores lusos, após os tratados que reconheceram a posse da região por Portugal.

A EXPANSÃO PORTUGUESA: FORTIFICAÇÕES E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A partir da segunda metade do século XVIII, com os tratados que asseguraram a posse portuguesa da região, houve um esforço deliberado da Coroa para consolidar sua presença no vale do Guaporé. A principal estratégia foi a fundação de estruturas militares e administrativas, das quais se destacam:

- Forte de Bragança (1769) – construído como posto avançado de defesa.
- Forte Príncipe da Beira (1776) – principal fortaleza militar portuguesa na região do Guaporé, localizada próxima à atual cidade de Costa Marques. Possuía arquitetura imponente, artilharia pesada e alojamentos para militares e civis.

Além da função defensiva, o Forte Príncipe da Beira serviu como núcleo de ocupação portuguesa, promovendo o deslocamento de famílias, escravizados e indígenas aldeados para seus arredores, dando origem aos primeiros povoados de caráter luso-brasileiro na região.

A presença portuguesa também se caracterizou pelo uso de expedições sertanistas e entradas, que percorriam os rios Madeira e Guaporé à procura de riquezas naturais, rotas



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL: CONCEITO, PRINCÍPIOS CONTÁBEIS, CAMPO DE APLICAÇÃO, OBJETIVOS, FINALIDADES, USUÁRIOS

CONCEITO

Contabilidade é a ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo: empresa, organização ou cia).

Tem como objetivo gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com o patrimônio da empresa e auxiliar na tomada de decisões dos usuários.

OBJETIVO

O objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- **BENS:** prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- **DIREITOS:** contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- **OBRIGAÇÕES:** contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio, expor os dados aos usuários ligados à entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos para a organização.

FINALIDADE

A contabilidade tem por finalidade organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com o atual cenário econômico, a contabilidade passou a ser um importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

USUÁRIOS

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequados para os usuários internos e externos. Que são:

Internos: são aqueles que estão ligados diretamente à empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados, os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumento ou diminuição dos lucros. São eles:

- Sócios e proprietários;
- Acionista;

- Empregados;
- Administradores.

Externos: esses usuários costumam analisar qual a situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, se a mesma tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score) e se está em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se a empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar. São eles:

- Concorrentes;
- Bancos;
- Fornecedores;
- Governo; e
- Investidores.

FUNÇÕES DA CONTABILIDADE

As principais funções na contabilidade é:

- Registrar os fatos ocorridos identificado na escrituração em livros contábeis;
- Organizar e adequar o sistema para a empresa, exemplo: arquivamento de documentos físicos ou eletrônicos;
- Demonstrar, expor por meio de relatórios a situação econômica, com base nos dados adquiridos no registro, como por exemplo, elaborar balanço das contas contábeis;
- Analisar as demonstrações com finalidade de apuração de resultado, por exemplo, análise do balanço patrimonial;
- Acompanhar o planejamento financeiro definido após análise dos resultados. Normalmente, uma equipe fica responsável por controlar o desempenho dos eventos financeiros, verificando se os planos estabelecidos estão sendo cumpridos e se existe necessidade de ajustes.

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

A contabilidade é o estudo das mudanças econômicas que acompanham as alterações do mercado, é definida como ciência social, para manter confiabilidade e segurança sobre estes estudos surgem os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

Resumindo, os princípios são como “leis” que regulamentam os conhecimentos técnicos, nenhum órgão (como Banco Central, Receita Federal ou Comitê de Pronunciamentos Contábeis) pode ultrapassá-las.

Os princípios contábeis foram elaborados pela Resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 750, de 29/12/1993 (posteriormente alterado pela Resolução nº 1282/2010), e nº 774, de 16/12/1994. São eles:



AMOSTRA

- **Princípio da Entidade:** reconhece que o patrimônio da empresa é independente dos patrimônios dos sócios. Objetivo é diferenciar as contas da pessoa física, no caso dos proprietários, das contas da pessoa jurídica (entidade).
- **Princípio da Continuidade:** determina a continuidade das atividades da entidade, considerando as mudanças patrimoniais, classificando e avaliando de forma quantitativa e qualitativa. Por exemplo, é a confirmação que a contabilidade usa para manter os registros atualizados das mutações financeiras durante o tempo de vida da entidade.
- **Princípio da Oportunidade:** afirma que os registros financeiros devem ser computados no mesmo tempo que são realizados.

Exemplo:

Empresa fez compra de matéria prima no dia 25/04/2021 no valor de R\$50.000,00. Essa movimentação deve ser lançada no livro:

Data: 25/04/2021 D - Estoque

C - Banco 50.000,00

Obs.: D – DÉBITO
C – CRÉDITO

- **Princípio do Registro pelo valor Original:** considera os registros dos verdadeiros valores dos componentes do patrimônio fiéis às transações e configura em moeda nacional.

Usando o exemplo acima, no momento de registrar o valor da compra correto, identificar os descontos, e no caso de moeda estrangeira, deve realizar a conversão para moeda do país.

- **Princípio da atualização monetária:** este princípio estabelece que os valores originais do patrimônio devam sempre ser atualizados, e utilizando indicadores econômicos para ajustar conforme moeda nacional.
- **Princípio da Prudência:** procurar medidas aceitáveis e que não sofram grandes impactos no patrimônio, seria necessária cautela para que as ações realizadas não prejudiquem o Patrimônio Líquido da empresa. Exemplo, controlar os gastos mensais para que isso não interfira no lucro no fechamento do balanço.

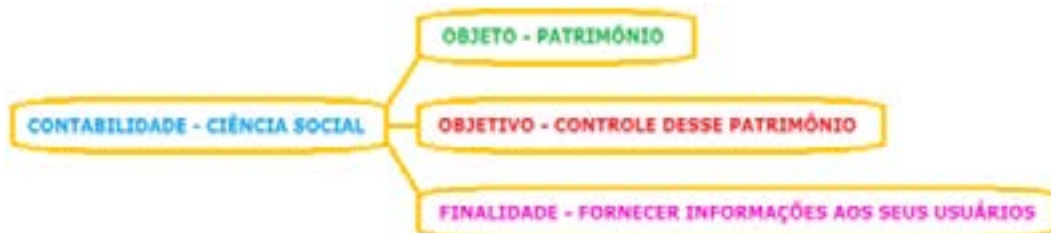
Todos esses princípios têm a intenção de ajudar o contabilista a guardar informações ligadas à entidade. Portanto, o contador seguindo esses princípios auxilia os gestores e sócios na realização de tomadas de decisão mantendo segurança financeira, realizando atividades dentro da conduta ética do profissional de contabilidade.

COMPONENTES PATRIMONIAIS: ATIVO; PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO; EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES; SITUAÇÃO LÍQUIDA, REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

► 1. Patrimônio e Variações Patrimoniais

Antes de estudar os conceitos relativos ao patrimônio e às variações patrimoniais, é necessário entender o que é contabilidade e conhecer seus aspectos essenciais.

A Contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades e seu objetivo é controlar esse patrimônio, com a finalidade de fornecer informações aos seus usuários.



A primeira definição oficial de contabilidade foi aprovada no I Congresso Brasileiro de Contabilidade, ocorrido em setembro de 1924:

“Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica, servindo como ferramenta para o gerenciamento da evolução do patrimônio de uma entidade e, principalmente, para a prestação de contas entre os sócios e demais usuários, entre os quais se destacam as autoridades responsáveis pela arrecadação dos tributos de uma nação ou região”.

Do conceito acima, pode-se extrair:

O campo de aplicação da contabilidade: Pessoas físicas e jurídicas (entidades), com ou sem fins lucrativos, que detenham um patrimônio.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

**ARQUITETURA BÁSICA DE COMPUTADORES:
HARDWARE, COMPONENTES E FUNÇÕES; UNIDADE
CENTRAL DE PROCESSAMENTO; MEMÓRIA
RAM, CACHE E TIPOS DE ARMAZENAMENTO;
DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA E DE
ARMAZENAMENTO DE DADOS: TECLADO, MOUSE,
MONITOR, IMPRESSORA, SCANNER, DISCOS
RÍGIDOS, SSDS, PENDRIVES, DISCOS ÓPTICOS,
CONECTORES E PORTAS DE COMUNICAÇÃO**

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler



AMOSTRA

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.

*Placa-mãe***Fonte**

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.

*Fonte***Placas de vídeo**

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.

*Placa de vídeo***Memória RAM**

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.

*Memória RAM***Memória ROM**

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

Barramentos

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

